



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Aos 01 dias do mês de junho de 2022, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato Presencial

1. Apreciação e votação das atas n.º 3, de 27 de abril e n.º 4 de 10 de maio;
2. Votação do Plano de Atividades para a 1.ª Sessão Legislativa;
3. Votação do Regulamento da Comissão;
4. Distribuição de iniciativas legislativas para efeitos de elaboração de parecer conjunto: [Projeto de Lei n.º 43/XV/1.ª \(PCP\) – «Determina a reversão do Hospital de S. Paulo, em Serpa, para o Ministério da Saúde»](#) e [Projeto de Lei n.º 78/XV/1.ª \(BE\) – «Devolver o Hospital de Serpa à gestão pública e melhorar o seu funcionamento»](#) - Autor do Parecer: PS;
5. Distribuição de iniciativas legislativas para efeitos de elaboração de parecer conjunto: [Projeto de Lei n.º 71/XV/1.ª \(BE\)- «Altera as atividades específicas associadas a compensação em unidades de saúde familiar, de forma a eliminar discriminações de género na prática clínica»](#) e [Projeto de Lei n.º 88/XV/1.ª \(PAN\) - «Elimina a discriminação de género nos critérios de compensação associada às atividades específicas dos médicos»](#) - Autor do Parecer: PSD;
6. Designação de relator para elaboração de parecer sobre a [COM \(2021\)645- «Programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022»](#) - a enviar à CAE até 9 de junho- Autor do Parecer: PS;
7. Designação de relator para a [Petição n.º 280/XIV/2.ª- «COVID-19 - Contra a vacinação em massa de crianças e jovens»](#), 9.273 assinaturas- Petição já admitida na XIV Legislatura (Deputado Relator: PSD);



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

8. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da APTAS – Associação Portuguesa dos Técnicos Auxiliares de Saúde;
9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição urgente da Diretora Geral da Saúde e do Presidente da Associação Europeia de Medicina Perinatal, sobre a mortalidade materna em Portugal.
10. Outros assuntos.

- Email do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) com pedido de pronúncia urgente da Comissão de Saúde sobre a Lei n.º 72/2021, de 12 de novembro que «Permite o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do dador, nos casos de projetos parentais expressamente consentidos, alterando a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida)».

O Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Jorge Seguro Sanches, cumprimentou os Deputados e informou que o Presidente, Deputado António Maló de Abreu não poderia presidir a esta reunião, uma vez que estava presente na Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares a decorrer naquele momento.

1. Apreciação e votação das atas n.º 3, de 27 de abril e n.º 4 de 10 de maio;
As atas foram aprovadas por unanimidade.

2. Votação do Plano de Atividades para a 1.ª Sessão Legislativa;

3. Votação do Regulamento da Comissão;

O Deputado Luís Soares propôs que estes dois pontos da Ordem do Dia fossem adiados para a próxima reunião e referiu que o Grupo Parlamentar (GP) do PS iria apresentar ainda a lista de prioridades para o Plano de Atividades. No que se refere ao



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Regulamento, questionou o GP do PCP se, relativamente à proposta de alteração ao Regulamento referida na reunião anterior, pretendia acrescentar algo.

O Deputado João Dias afirmou que a proposta de alteração ao Regulamento visava garantir a estabilidade da Ordem do Dia. Defendeu que qualquer alteração deveria ser precedida de contacto prévio com os GP ausentes para que pudessem manifestar a sua concordância. Referiu ainda que esta disposição já fora incorporada nos Regulamentos da Comissão de Defesa Nacional e da Comissão de Agricultura e Pescas.

O Deputado Rui Cristina sugeriu que estes pontos fossem discutidos em reunião de Mesa e Coordenadores.

O Vice-Presidente sugeriu então que fosse agendada uma reunião de Mesa e Coordenadores para discutir em maior pormenor o Plano de Atividades e o Regulamento, adiando a votação dos mesmos para a reunião seguinte, o que mereceu a concordância de todos.

Acrescentou ainda que concordava com o princípio segundo o qual qualquer alteração à Ordem do Dia merecia a prévia concordância de todos os GP.

4. Distribuição de iniciativas legislativas para efeitos de elaboração de parecer conjunto: Projeto de Lei n.º 43/XV/1.ª (PCP) – «Determina a reversão do Hospital de S. Paulo, em Serpa, para o Ministério da Saúde» e Projeto de Lei n.º 78/XV/1.ª (BE) – «Devolver o Hospital de Serpa à gestão pública e melhorar o seu funcionamento» - Autor do Parecer: PS;

O GP do PS indicou o Deputado Nelson Brito como Deputado Relator do Parecer.

5. Distribuição de iniciativas legislativas para efeitos de elaboração de parecer conjunto: Projeto de Lei n.º 71/XV/1.ª (BE)- «Altera as atividades específicas associadas a compensação em unidades de saúde familiar, de forma a eliminar discriminações de género na prática clínica» e Projeto de Lei n.º 88/XV/1.ª (PAN) - «Elimina a discriminação de género nos critérios de



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

compensação associada às atividades específicas dos médicos» - Autor do Parecer: PSD;

O GP do PSD indicou a Deputada Fernanda Velez como Deputada Relatora do Parecer.

6. Designação de relator para elaboração de parecer sobre a COM (2021)645- «Programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022» - a enviar à CAE até 9 de junho- Autor do Parecer: PS;

O GP do PS indicou o Deputado Paulo Marques como Deputado Relator do Parecer.

7. Designação de relator para a Petição n.º 280/XIV/2.ª- «COVID-19 - Contra a vacinação em massa de crianças e jovens», 9.273 assinaturas- Petição já admitida na XIV Legislatura (Deputado Relator: PSD);

O GP do PSD indicou a Deputada Cláudia Bento como Deputada Relatora.

8. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da APTAS – Associação Portuguesa dos Técnicos Auxiliares de Saúde;

Neste ponto a Deputada Catarina Martins referiu que o requerimento pretendia apenas acrescentar a APTAS – Associação Portuguesa dos Técnicos Auxiliares de Saúde à lista de entidades relativa aos técnicos auxiliares de saúde a ouvir em audição e já aprovada em reuniões anteriores.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos referiu que o seu GP não tinha nada a opor ao requerimento apresentado.

O Deputado Rui Cristina questionou então, no que se refere aos requerimentos do GP do PSD para audição dos sindicatos, sindicatos e associações do setor da saúde, qual a previsão para agendamento das respetivas audições.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

O Vice-Presidente remeteu para a reunião de Mesa e Coordenadores na qual seriam discutidos o Regulamento e o Plano de Atividades, a calendarização das audições já aprovadas.

Colocado à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição urgente da Diretora Geral da Saúde e do Presidente da Associação Europeia de Medicina Perinatal, sobre a mortalidade materna em Portugal.

A Deputada Catarina Martins começou por referir que desde 2017 os números de mortalidade materna em Portugal tinham vindo a aumentar e era necessário avaliar de que modo o Serviço Nacional de Saúde poderá responder a esta realidade. Recordou que em 2019, o seu GP já havia proposto a audição da Diretora Geral da Saúde sobre este tema a qual não foi possível concretizar em consequência da pandemia Covid-19. Afirmou que o Ministério da Saúde elaborou um relatório sobre este assunto, o qual a Assembleia da República ainda não tinha tido acesso. Importava, assim conhecer o teor do relatório e ouvir as entidades responsáveis.

A Deputada Joana Lima referiu que o seu GP iria votar a favor do Requerimento e mencionou que seria prematuro avaliar as conclusões do relatório neste momento.

O Deputado Rui Cristina afirmou igualmente que o seu GP votaria favoravelmente.

Colocado à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

11. Outros assuntos.

- Email do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) com pedido de pronúncia urgente da Comissão de Saúde sobre a Lei n.º 72/2021, de 12 de novembro que «Permite o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

dador, nos casos de projetos parentais expressamente consentidos, alterando a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida)».

Neste ponto, o Vice-Presidente mencionou que, nos termos do Regimento da Assembleia da República, não estavam atribuídas às Comissões Parlamentares competências para realizar interpretações autênticas de uma lei emanada da Assembleia da República, conforme pretendia o CNPMA. Não obstante, colocava à consideração dos Deputados como proceder neste caso.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos começou por referir que o primeiro email enviado pelo CNPMA datava de 22 de fevereiro de 2022, no entanto a Comissão de Saúde apenas tomou posse em 13 de abril, pelo que não fora possível responder naquele momento. Concordou com as palavras do Vice-Presidente, sublinhando que a Comissão deveria contribuir para uma maior clarificação do tema em análise pois não se poderia ignorar que a interpretação restritiva da lei dificultava a vida das pessoas. Neste sentido, o GP do PS elaborara uma proposta de resposta que seria distribuída por todos os Deputados.

O Deputado Miguel Santos recordou que a Lei da Procriação Medicamente Assistida tinha sofrido várias alterações ao longo do tempo e que a preocupação foi sempre no sentido de resolver os problemas das pessoas e não uma preocupação doutrinária ou ideológica. Afirmou que o CNPMA pretendia alertar a Comissão de Saúde para a existência de um problema atual na aplicação prática da lei e que, na sua opinião, seria responsabilidade dos Deputados promover uma alteração legislativa para colmatar esta falha.

A Deputada Catarina Martins concordou igualmente com a interpretação feita pelo Vice-Presidente e defendeu que seria mais célere discutir a proposta de resposta do GP do PS, uma vez que o impedimento ao acesso a técnicas de procriação medicamente assistida nestes casos causava muito sofrimento pessoal.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

O Deputado Pedro dos Santos Frazão alertou que o CNPMA pediu ainda uma audiência à Comissão de Saúde e que seria pertinente conceder esta audiência antes de elaborar uma resposta.

A Deputada Joana Cordeiro defendeu que os Deputados deveriam ser proativos nesta questão e clarificar a lei, não cabendo nesta sede estar a debater o que já foi concluído e discutido aquando da aprovação da lei.

O Deputado João Dias admitiu que poderiam existir problemas a que a lei atual não respondia e propôs que fosse avaliada e discutida a proposta de resposta do GP do PS.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos sublinhou que todos os Deputados tinham a prerrogativa de elaborar as iniciativas legislativas que entendessem. De todo o modo, o GP do PS pretendia contribuir com alguma clareza e recordou que o espírito do legislador não era o de restringir, mas sim o de permitir.

Posto isto, ao Vice-Presidente sugeriu que a proposta de resposta do GP do PS pudesse ser discutida na próxima reunião em simultâneo com o pedido de audiência do CNPM, o que não mereceu oposição dos Deputados presentes.

- Comunicação de desistência pelo peticionário da Petição n.º 117/XIV/1.ª- Reabertura do Centro de Saúde/Extensão de Saúde de Pinhal Fanheiro, Freguesia do Bárrio, Alcobaça.

O Vice-Presidente deu nota que o primeiro peticionário da Petição n.º 117/XIV/1.ª enviara um pedido de desistência da petição e que, nos termos do artigo 16.º, n.º 3 da Lei do Exercício do Direito de Petição a mesma deveria ser declarada finda e proceder-se ao seu arquivamento exceto se, dada a matéria objeto da mesma, se considerasse que se justificava o seu prosseguimento para defesa do interesse público.

- Convite da Assembleia Legislativa de Moçambique;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

O Vice-Presidente informou que a Assembleia Legislativa de Moçambique endereçara um convite a esta Comissão para colaborar na visita de estudo de uma delegação do Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV e Sida entre os dias 18 e 22 de julho, ao qual a Comissão se pronunciaria favoravelmente, caso não se registasse qualquer oposição.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10:42 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua gravação áudio ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 02 junho 2022.

O VICE-PRESIDENTE

(JORGE SEGURO SANCHES)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Anabela Rodrigues (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Irene Costa (PS)
Joana Lima (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Paulo Marques (PS)
Susana Correia (PS)
Cláudia Bento (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Hugo Patrício Oliveira (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
Joana Cordeiro (IL)
João Dias (PCP)
Catarina Martins (BE)
António Monteiro (PS)
Eduardo Alves (PS)
Jorge Botelho (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Sara Velez (PS)
Guilherme Almeida (PSD)
Helga Correia (PSD)
Inês Barroso (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sofia Andrade (PS)
António Maló De Abreu (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Saúde
ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL
